



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27/08/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Presentes os Vereadores Paulo Fiorilo, Aurélio Nomura e David Soares. Na qualidade de membro da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 12ª audiência pública do ano de 2014. Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço. www.camarasp.gov.br, link: Auditórios On-line. A íntegra da transcrição dessa audiência pública estará disponível aos interessados em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo: www.camara.sp.gov.br, link: Audiências Públicas Registro Escrito.

Essa audiência tem por objetivo discutir o PL 195/2011, que dispõe sobre atendimento nas redes bancárias do município de São Paulo e dá outras providências. Foram convidados a participar dessa audiência os Srs. Edson Simões, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, temos aqui o representante do Tribunal; Rogério Pinto Coelho Amato, Presidente da Associação Comercial de São Paulo; Murilo Portugal Filho, Presidente da Federação Brasileira de Bancos – Febraban; Alexandre Modonezi, Diretor Executivo da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon - São Paulo; Elici Bueno, Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec; Coronel PM Benedito Roberto Meira, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, representado aqui pelo Sr. Rodrigo Custódio Garcia, Capitão da PM; Juvândia Moreira Leite, Presidente do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo Osasco e Região, representada aqui por Ivone Maria da Silva, Secretária Geral do Sindicato.

Sugiro que a gente componha a Mesa com a Sra. Ivone, Capitão Rodrigo e o pessoal do Tribunal de Contas fiquem à vontade se quiserem vir para a Mesa.

Tem a palavra o Vereador David Soares.

O SR. DAVID SOARES – Bom dia a todos. Obrigado pela vinda a essa audiência pública de um projeto que creio ser do maior interesse da nossa Cidade. Não precisamos nem falar que algumas pessoas aqui foram vítimas da saidinha de banco. Este Vereador foi um deles, já saiu e teve a grata infeliz surpresa de ser convidado a entregar tudo o que tinha.

Então baseado não só na experiência pessoal e de algumas outras experiências, eu queria propor, aliás, essa discussão aqui para a gente achar saídas. É claro que o meu projeto não é perfeito, precisa contribuição dos senhores. A gente sabe que crendo na menor visualização possível isso vai dificultar, se não impedir, que esses determinados eventos venham a se suceder nas saídas dos bancos. Agora, o tamanho, a dimensão, como isso é algo que precisamos precisar. Então a contribuição de todos aqui é muito bem vinda para que possamos fazer um projeto para acabar com essa história na cidade de São Paulo e, por isso, convido a todos que tiverem a palavra, que se inscreveram, para poder fazer um debate saudável e que vai contribuir.

Sr. Presidente, no momento é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Consulto o Vereador Aurélio Nomura se gostaria de fazer uso da palavra. (Pausa)

O que eu gostaria de propor aqui, com a concordância dos Vereadores. Que a gente tivesse a apresentação do sindicato, estou combinando uma apresentação de uns 15 minutos, até para que a gente pudesse ter uns 45 minutos de debate. Queria lembrar a todos que as 11h15, no máximo, a gente inicia a reunião da Comissão de Finanças e Orçamento ordinária. Então teríamos, mais ou menos, uma hora para esse debate. Queria pedir já para a Ivone, se já estiver pronta a apresentação, se a gente puder iniciar com a apresentação por 15 minutos, e daí a gente abre para o representante, o Capitão da PM Rodrigo Custódio e também para os presentes.

Eu queria passar a palavra para a Sra. Ivone, enquanto o pessoal já coloca lá o *pendrive*.

A SRA. IVONE – A apresentação é longa, mas eu vou tentar reduzir bastante.

Bom dia. Agradecemos ao convite desta Comissão tão importante, que sabemos que a questão hoje da segurança, principalmente da saidinha de banco é um dos principais problemas para nós e não por um acaso nós hoje estamos fazendo uma negociação porque

nós temos uma negociação nacional com todos os bancos. Nós de São Paulo representamos 130 mil bancários da cidade de São Paulo, Osasco e região, mas nós fazemos uma negociação para 500 mil bancários no Brasil inteiro. Então hoje nós estamos junto com a Fenaban fazendo uma negociação exatamente sobre o tema de segurança bancária, porque esse é um tema que tem na nossa pauta há muitos anos. Então vocês vão poder ver que nós já temos até um plano piloto em Pernambuco sobre isso e até uma das coisas, Vereador David, é essa coisa do biombo, que no seu projeto o senhor chama de uma área reservada, mas para nós temos o nome de biombo e que também em São Paulo já trouxe vários endereços que tem várias agências mesmo na cidade de São Paulo que já adotam isso. Então os bancos, apesar de não ter nenhuma lei que os obrigue a isso, apesar de ter uma lei estadual que ainda não foi sancionada aqui, mas eles têm adotado isso. Agradecemos pelo convite e quero falar um pouco sobre as mortes envolvendo bancos. Temos alguns dados sobre uma pesquisa nacional de mortes em assaltos envolvendo bancos, relativa ao primeiro semestre de 2014. Isso foi baseado em notícias da imprensa, porque temos uma grande dificuldade de fazer estatística disso nos vários órgãos de segurança. Muitas vezes a pessoa pode ter sacado o dinheiro, foi para o seu automóvel ou moto e é roubada. A pessoa pode ter sido assaltada porque o ladrão a viu sacando o dinheiro, mas o boletim de ocorrência é registrado como roubo de moto ou de carro. Não conseguimos vários dados, assim como notificação de tudo.

Levantamos as notícias dos jornais e também por meio de pesquisa nos sindicatos nacionais. Isso é feito desde 2011 e, de lá para cá, dessas mortes em assaltos envolvendo bancos, em 2011 foram 23; em 2012, 27; em 2013, 30 e em 2014, apenas no primeiro semestre, foram 32 mortes. Houve um crescimento de 2011 para 2014 de 39%.

Essa imagem mostra que em São Paulo, desses casos, tivemos 12 mortes em 2014. Aqui mostra que 38% dessas mortes são em São Paulo. A maioria dessas 20 mortes, em 2014, foi causada da “saidinha de banco”. Dividimos os assaltos em várias categorias: saidinhas de banco, assalto à correspondência, assalto à agência, transporte de valores,

ataque à caixa eletrônico, abastecimento de caixa eletrônico. Mas, de 2011 a 2014, percebemos que a maioria dos assaltos tem a ver com as saidinhas de banco, apelido dado ao assalto que acontece do lado de fora da agência, logo após ter sacado o dinheiro.

Quais os tipos de vítima? A maioria são clientes. Em 2014 ocorreram 22 mortes de clientes, um vigilante, dois policiais e outros, sete. Não tivemos nenhuma notícia sobre mortes de bancários em 2014. Em 2013 houve um; em 2012, um e em 2011, também um. A maioria das mortes é de clientes que foram sacar o dinheiro, 69% das vítimas.

Esse quadro mostra a faixa etária dessas ocorrências. A maioria está com mais de 60 anos. Neste ano, as 10 mortes foram de pessoas com mais de 60 anos. Normalmente são aposentados que vão até a agência sacar o seu dinheirinho, são assaltados fora dela e, por algum motivo, reagem ou não, e são mortos também.

Próxima.

Vou correr um pouco, devido ao tempo, para dar tempo de falar sobre tudo. Depois, também no debate, podemos falar mais.

Bem, aí, 31% são de mais de 60 anos.

Próxima.

Bem, a maioria é de homens: 29 pessoas foram homens mortos este ano em relação a isso.

Próxima.

Bem, são 91% de homens em relação a isso.

Próxima.

E aí nós temos um pouco das multas que foram aplicadas pela Cecas – Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada, que são as multas que são aplicadas aos bancos.

Só agora, no primeiro semestre de 2014, foram aplicados 5,585 milhões, só de multas em relação aí itens obrigatórios de segurança, não é? Ela vai lá e avalia os itens de

segurança. Então, eles foram multados em relação a isso.

Próximo.

Bem, os seis maiores bancos. Então, são as multas. Quem foi mais multado aí foi...
Quem gasta... A despesa.

Pode passar para a próxima, que está melhor.

Os bancos têm despesas com segurança: 3,4 bilhões, enquanto o lucro deles, pegando os seis maiores bancos, foi de 56,7 bilhões. Ou seja, o que eles gastam com a questão de segurança é apenas 6% dos seus lucros. Então é muito pouco em relação a todo o seu lucro. Ele poderia, com certeza, gastar mais aí em questão das despesas com segurança.

Próximo.

Então, aí também a despesa de segurança, com o lucro líquido dos bancos, também dos seis maiores bancos, que foi de 2,4 que gastaram com segurança, e o lucro líquido dele, de 28,3 bi.

Próximo.

Bem, aí também está por banco, quem é que gasta. Mas a média dos bancos eles vão gastando, mais ou menos, a mesma média. Aí é só um pouco.

O Itaú teve 9 bi de lucro e gastou apenas 3,3% em relação à segurança e vigilância.

O Banco do Brasil, 5, e gastou 1 bi.

Então, cada um...

O Bradesco, 3,8%.

A Caixa Econômica Federal, 13,2.

E o Santander, 10,7%.

Próximo, por favor.

Aí também temos uma pesquisa que fazemos lá com as fontes, são nacionais. Temos a notícia de imprensa, da Segurança Pública e dos sindicatos. Aí fazemos também em conjunto com o Sindicato dos Vigilantes de Curitiba. Soltamos agora essa pesquisa sobre os

ataques a banco.

Próxima.

Aqui foi na região do Paraná, que fizemos lá também, o Sindicato dos Bancários de Curitiba, região Fetec - Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito / Paraná também.

Aí fizemos o *ranking*, em colaboração com eles também. Há o *ranking* lá, no primeiro semestre de 2013: foram 403, só em São Paulo, de ataques a banco.

A próxima.

Há uma evolução aí, uma variação de 9% a mais de ataques a bancos no Brasil, só no primeiro semestre, em comparação ao primeiro semestre de 2013.

Próximo.

Aí é por Estado, os ataques a banco, num gráfico. A maioria dos ataques é em São Paulo; o segundo maior é em Minas Gerais.

Próximo.

Bom, aí é o crescimento, fazendo a comparação. De 2011, eram 838 ataques a banco; em 2014, 1.693 ataques a bancos.

Próximo.

Vamos pular para a próxima para dar tempo de fazer. Então aí dividimos por arrombamentos e por assaltos. De arrombamentos, em 2011, tínhamos 537 e agora, em 2014, 1.290. E assaltos, de 301 para 413. Então há uma grande variação principalmente de arrombamentos. São as notícias que pegamos nos noticiários, porque isso é bem noticiado. Vamos pegando as estatísticas que temos em relação a isso.

Há um crescimento de 403, dos assaltos do primeiro semestre, de 2011 até 2014, foram 33% de aumento nessa questão de assaltos e arrombamentos.

Aí está por regiões: a região Sudeste, no primeiro semestre de 2013, foram 550 ataques a bancos, uma variação de 25% maior. Região Nordeste diminuiu um pouco. O Sul

aumentou também. E o Norte teve um grande aumento de 189%. O Centro Oeste diminuiu 41%.

O total de bancos, 41% dos ataques a bancos acontecem na região Sudeste do Brasil.

Aqui temos uma estatística de assaltos a bancos da Febraban. A nossa nunca bate com a deles. Então há uma grande variação, em 2000 havia 1.903, então pela estatística da Febraban foi diminuindo bastante e nos últimos três anos houve aumento de 21,7. As nossas estatísticas sempre são diferentes das estatísticas soltas pela Febraban.

No primeiro semestre de 2012 foram 200, na estatística de bancos da Febraban. E aqui é um pouco do que falei das agências que já tem hoje os biombos. Hoje já temos, no Itaú/Unibanco, na região Sul, na Cupecê, Jardim Miriam; Jardim Prudência, Campo Belo; Bandeirantes; Berrini; Agência World Trade Center; Campo Limpo, na Estrada de Itapecerica; da Caixa temos na Granja Julieta; Santander, Alto da Boa Vista e região Berrini.

Em Osasco também temos. No Centro temos no HSBC. No Santander 80% das agências do Centro já têm biombos. Na Paulista já temos várias agências com biombos e principalmente o Santander.

Em Pernambuco temos um projeto de segurança bancária que fizemos em conjunto, nas cidades de Recife e Olinda. Fizemos lá várias reuniões e é um projeto piloto feito junto com a Fenaban. Participam também o Sindicato dos Bancários de Pernambuco, a Febraban, o Governo de Pernambuco, o Ministério Público Estadual e as Prefeituras de Olinda, Recife e Jaboatão dos Guararapes, que é onde está esse projeto.

Os resultados lá de assaltos a bancos: houve uma redução de 50% no total de assaltos com esse projeto, que foi a instalação de câmeras internas e externas nas agências, os biombos, ter os vigilantes, principalmente dois, porque hoje temos um grande problema. Em todos os locais que há um vigilante, às vezes, ele vai almoçar, tem de ser rendido por outro, então fica só um vigilante na agência. E são esses os principais itens que trouxeram a redução

dos assaltos.

Houve também redução dos arrombamentos de 41,8%, porque temos câmeras internas e externas dentro das agências.

Os ataques a bancos também tiveram uma redução de 42,9% lá. E as saidinhas de banco reduziram, com a questão do biombo, de 77 para 59, em 2014. Em Olinda foi de 28 para 15, uma redução de 46%. Em Jaboatão do Guararapes, 6,7%.

Os avanços: reduziu o número de ocorrências. A participação da Secretaria de Defesa Social no grupo de acompanhamento e o acesso à informação sobre estatística de ataques e saidinhas de banco da Secretaria de Defesa Social também foi importante, e reuniões com representantes das agências. Também incluímos o Banco do Nordeste lá.

Então quando as Câmaras Municipais fazem projetos em que os índices de segurança começam a ser obrigatórios aos bancos, com certeza há redução. Na Paraíba foi feita uma lei municipal sobre os biombos, e 90% dos crimes e saidinhas de bancos foram reduzidos.

Por isso defendemos esse projeto como um dos itens muito importantes. Não é o único, porque também defendemos a questão dos vigilantes e das portas de segurança bancária.

Agradeço o tempo. Estamos abertos ao debate. Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço a Ivone que cumpriu a risca os 15 minutos. Consulto o Capitão Rodrigo se gostaria de fazer alguma intervenção agora, e dizer que estão abertas as inscrições para o uso da palavra.

Tem a palavra o Capitão Rodrigo e peço ao nobre Vereador Aurélio Nomura para assumir a presidência. Vou até o 8º andar, onde está sendo feita a instalação da CPI da Sabesp, mas já volto.

- Assume a presidência o Sr. Aurélio Nomura.

O SR. CAPITÃO RODRIGO GARCIA – Bom dia a todos. Em primeiro lugar

agradeço a oportunidade e em nome da Polícia Militar saúdo os Srs. Vereadores presentes, a Sra. Ivone e o público. Acho muito louvável a iniciativa porque nós estamos tratando de uma parte da segurança que é de prevenção primária. Normalmente, a Polícia Militar atua na prevenção secundária, já em locais onde o crime ocorre. Nós trabalhamos do lado de fora, quando a pessoa já saiu do ambiente e já está suscetível.

O crime ocorre em razão da existência de um autor motivado, de uma vítima, que é o alvo dele e da oportunidade. Ele faz um cálculo ultrarrápido se o crime compensa ou não. Se ele não vê a presença da Polícia Militar, sabe que aquela pessoa está portando altos valores, não tem uma vigilância – aí junta-se a questão do sistema de vigilância por câmeras – fica muito propícia a ação.

Existem teorias não tão recentes de arquitetura contra o crime, ou de prevenção do crime através da arquitetura ambiental que, muitas vezes, são desprezadas pelos legisladores de uma maneira geral ou pelas instituições.

A medida de impedir o acesso visual do que ocorre, deixa a incerteza do autor do crime e, certamente, pode colaborar para redução, como a Sra. Ivone demonstrou em Pernambuco que, efetivamente, reduziu.

Sem me alongar, louvo a iniciativa. Já existe uma legislação estadual a respeito, porém não regulamentada até o momento, e não existe a prática efetiva senão em algumas poucas agências.

Gostaria mais de, agora, passar à posição de ouvinte e oportunamente, se puder dar outras colaborações, estou à disposição.

Obrigado, Vereador. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Obrigado, Capitão.

Tem a palavra o nobre Vereador David Soares.

O SR. DAVID SOARES - Primeiro, foi muito boa a explicação, clareou um pouco sobre o que poderia melhorar no projeto. Veio uma dúvida, até gostaria de pedir ao Capitão, se

puder, nos elucidar sobre o assunto. Quando vocês falam de câmeras, a gente tem que ver que há outro fator, uma iluminação fraca vai inibir o funcionamento perfeito de uma câmera à noite.

Existe algum projeto, Capitão, junto à polícia que poderia ser conectado aos bancos, ou seja, as câmeras do banco com a central da polícia, para que de forma real – *real time* - possam acompanhar e até mesmo impedir a consecução desses atos. Ou uma iluminação, pois existem fortes padrões de iluminação para que, estando totalmente iluminadas à noite as agências bancárias, realmente seria um impeditivo, no meu entender, para que as ações pudessem dar segmento no horário noturno.

Gostaria de ouvir a sua opinião sobre a questão.

O SR. RODRIGO CUSTÓDIO - A iluminação é óbvio que facilita a atuação não só da polícia, mas dá tranquilidade às pessoas estarem em ambiente iluminado. Só que não existe uma obrigatoriedade dos bancos nesse sentido.

Agora, com relação a existir um sistema de monitoramento e integração junto com a Polícia Militar tecnicamente é viável. Hoje temos um centro de operações, com novas tecnologias. O Estado de São Paulo, até por ocasião da Copa, herdou também outro ambiente, que é o Centro Integrado de Comando e Controle, mais voltado para ações de grandes eventos e situações de crise, mas são dois ambientes propícios para receberem sistemas de monitoramento nos locais.

A questão é que não basta ter a interligação, precisamos ter o sistema e gente apta para monitorar. Quanto mais câmeras tivermos, mais agentes nós precisaremos. É uma conta difícil de fechar.

O sistema de iluminação pode funcionar não o tempo todo, mas com a presença de pessoas. Sendo possível essa interligação, ao mesmo tempo em que acendesse a iluminação no local, acender um ponto de destaque onde se faz o monitoramento.

Recentemente, vi um vídeo pela internet tratando de um arrombamento em uma

agência bancária, onde o monitoramento estava sendo feito à distância, pela empresa que fazia a segurança do banco e que acionou o Centro de Operações da Polícia Militar remotamente.

Precisamos da colaboração, porque é inviável falar que a Polícia Militar vai acompanhar todas as câmeras de monitoramento que existem ao longo da Cidade.

Não sei nem se é conveniente, em termos da questão de privacidade das pessoas, como o *big brother* que acabamos tendo nos dias de hoje, mas precisamos do apoio de outras instituições como, neste caso, que narrei.

Se existe um sistema de monitoramento, se existe uma integração, mas existe também o acompanhamento pelo banco ou pela empresa que presta segurança no intuito de ajudar a alertar nesses casos. Tecnicamente é viável, mas dependeria de contatos posteriores para tentarmos implementar isso e ver qual o custo da operação.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Capitão, eu tenho uma pergunta que pode servir também para o Sindicato. Após uma saidinha do banco, existe uma análise a respeito desse ocorrido, no banco em que ocorreu, como o porquê da causa, se é falta de segurança, se há necessidade de ter monitoramento, enfim, se há necessidade de ter essas baias. Existe esse diagnóstico logo após de um fato ocorrido?

O SR. RODRIGO CUSTÓDIO - Essa questão do crime após o ocorrido é a investigação que caberia muito mais à Polícia Civil do que à Polícia Militar, e eu não teria condições de responder a respeito. O fato é que, como a Sra. Ivone não falou claramente, mas ficou nas entrelinhas, a estatística não é clara com relação ao fato de ocorrer uma saidinha de banco.

Esse crime, muitas vezes é narrado - se é que é narrado, porque infelizmente temos a morte das pessoas -, mas ele é narrado posteriormente e às vezes não se vincula um fato ao outro.

Não existem nos boletins de ocorrência campos específicos para se apurar esse

fato como uma - não gosto do termo “saidinha” – saidinha de banco, relacionada aos fatos. Pode parecer um absurdo falar, porque seria tão fácil criar, mas as perguntas que fazem é assim: quantos roubos a condomínio, quantos a restaurante, bares e casas noturnas? A variedade de situações é muito grande. Efetivamente, quando se nota um problema há possibilidade de fazer uma análise pontual, de buscar os casos que ocorrem.

Essa pesquisa, hoje, é feita de uma maneira manual, analise, boletim por boletim. Mas isso, a polícia militar faz o objetivo de identificar onde ocorrem com maior intensidade esses crimes. Agora, analise mais aprofundada ficaria a cargo da Polícia Civil, efetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de fazer a mesma pergunta para a Sra. Ivone.

A SRA. IVONE – Como falei, nossas estatísticas vem dos relatos bancários, que muitas vezes os clientes voltam nas agências e falam: olha, sabe aquele dinheiro que saquei aqui, me roubaram ali. Sabiam que eu saquei aqui. A lei municipal, na questão dos celulares proibidos nas agências não impediu a visualização do saque. Hoje, você, tudo bem... antes você passava mensagem, hoje tem outras formas de códigos. A forma mais eficiente de você impedir isso, é você não visualizar que a pessoa está sacando dinheiro. E os relatos que chegam aos sindicatos, são dos bancários, são dos próprios clientes. Histórias que vamos ouvindo, que vamos conversando com um ou outro, que vai chegando até nós. Não há uma investigação. Essas conversas, com certeza chegam a Fenaban, e também chegam a todas as Câmaras Municipais e tudo mais, tanto que em várias cidades começaram a ter leis municipais. Porque começou também os munícipes a começar a reclamar e pressionar por ter leis que os protejam também. Então são várias cidades. O exemplo que citei da Paraíba, quando a cidade da Paraíba foi feito isso, 90% dos crimes das saidinhas com os biombos diminuíram, foi muito drástica. Foi rapidinho essa questão de não visualizar o saque lá. Realmente é muito difícil saber ter uma estatística concreta. Em Pernambuco, depois desse plano piloto, eles colocaram uma pergunta que mudou realmente a estatística para saber certinho se era problema do

saque nos bancos, que também é um apelido, saidinha de banco é um apelido. É um roubo, um furto após o saque nos bancos. Foi feita uma pergunta sobre isso, não lembro bem qual era a redação e que mudou, realmente, a estatística que hoje você sabe se a pessoa foi furtada, ou roubada após ao saque no banco. Isso tem de ser feito para você poder fazer uma estatística concreta, mas não temos mesmo. Não sei se todo mundo vai lá e faz o BO também. Não é obrigatório.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Passo a palavra o nobre Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Bom dia a todos. Em se tratando da audiência ao PL 195, V.Exa. pode continuar na condução dos trabalhos.

O SR. DAVID SOARES - Depois dessa experiência em Pernambuco e desses pilotos aqui que estão tendo em São Paulo, chegou-se a padrão, qual é altura ideal de um biombo, ou como a segurança do banco poderá visualizar, já que vai ter um biombo, vai ter um patamar acima, já se chegou a padrão para termos subsídios para melhorar esse projeto de lei, para na hora de ser votado, estarmos de acordo com o que será funcional de verdade.

A SRA. IVONE – Ai o padrão depende do layout da agência. Cada agência de banco o layout é diferente. Aí você tem de adaptar o que você tem de fazer os testes. Se a pessoa, realmente, não enxerga o saque. Então, em alguns lugares pode ser altura de tantos metros, outro, outro. Tem de fazer os testes de como você não visualiza isso. E além dos biombos que chamamos, sempre falamos de que são as divisórias entre os caixas, que seria mais uma segurança ainda. Porque quem está na fila não enxergaria o saque e quem está do lado do caixa não enxergaria você sacando dinheiro. Seria um outro item. A questão das divisórias ajuda, também, a não visualização de quem está do lado. Porque também seria ótimo. Então depende do layout da agência não dá para saber tudo. Mas temos feito sim, nessas visualizações, conforme agência. Você que não consiga enxergar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Apenas uma dúvida. Pelo que vemos a

utilização do cartão até o saque, está intimamente ligada, a impossibilidade de transação de um banco para outro. No cartão você já pode fazer arremessa para outro banco. Se houvesse isso também, não haveria condições de também reduzir, além do projeto do vereador, que é extremamente meritório. Faço essa outra pergunta, porque muitas vezes você é obrigado a sacar o dinheiro para ir pagar em outro banco que eles não recebem o cartão e não existe essa vinculação.

A SRA. IVONE – Também, mas falamos mais que isso. seria diminuir, ou você não pagar nada pelo Ted ou pelo DOC, porque as transferências bancarias todos os bancos cobram. Cada banco cobra seu valor. Uma das medidas que sempre falamos, e para diminuir isso seria, a Ted e o DOC também serem isentos. Seria um item. Seriam biombos, divisórias entre os caixas, seria porta de segurança antes dos caixas eletrônicos. Hoje, você tem, antes de entrar na agência, estamos falando que queremos as portas de segurança antes dos caixas, divisórias entre os caixas eletrônicos, para ninguém ver o que você está sacando entre um caixa e outro. Ou seja, são vários itens que você pode fazer para impedir a visualização e isso, e lógico, baratear a transação dos valores entre um banco e outro. Hoje você tem a Ted que cai em uma hora, só que ela é cobrada e os valores muitas vezes, nem sempre todo mundo tem conta bancária, ainda no País.

O SR. DAVID SOARES – Ressaltando o assunto que está sendo debatido, a pergunta que vem em mente, essa propostas de biombos, os padrões que serão discutidos, dependendo do layout a ser aplicado, já existe por parte de vocês uma estimativa de custo que sairiam para agencia aplicar todas essas medidas de segurança extras. Isso influenciaria no seguro que o banco é obrigado a fazer com o banco Central para a questão... Reduziria, ou aumentaria? Enfim gostaria de saber se vocês, se tem uma posição, saberiam dar esses dados para gente?

A SRA. IVONE – Isso eu não sei responder. Não se o Carlos sabe. Nós não temos. Os bancos nunca passaram isso para nós, da questão de custo. Nunca entramos em

detalhe. Sempre falamos o seguinte: a vida para nós é importante, não interessa quanto custa. E os bancos lucram muito. Para nós não interessa essa relação e na nossa tabela mostramos qual é o lucro dos bancos e qual percentual que eles têm gastado em relação a isso na questão de segurança.

O SR. MILTON LEITE – Lucro de banco é a coisa mais vergonhosa que tem nesse País. Desde que me conheço por gente, o único setor que não perde dinheiro, é banqueiro. Banqueiro quando quebra ganha, porque o governo o socorre. Quer ficar rico, pega um banquinho que você vai ficar bem. O lucro de banco é um negócio absurdo. Não vejo banco dar prejuízo. Só dá prejuízo quando roubam. Os banqueiros enfiam a mão, ai o governo socorre. Socorre porque o dinheiro não é dele, é do povo. Ai fala que não tem dinheiro para tomar as medidas de segurança e nós vamos pagando com a vida. Não aguento eleitor meu, lá na M' Boi Mirim reclamar da "saidinha de banco". Lá estão assaltando nota de 20 ou 10 reais.

O SR. DAVID SOARES – Fica aqui uma sugestão para gente lançar para ser discutido que hoje os bancos funcionam de segunda a sexta de 10 às 4hs da tarde. Não são seis horas. Poderiam ser estendido, não para sobrecarregar, mas para trazer outros profissionais que perderam seu trabalho. Países como Peru, Argentina, Estados Unidos, Europa em geral, funcionam das 8 da manhã às 18h e também aos sábados. Ou seja, diminuiria muito, abriria muito mais leque para o comerciante, em vez de ficar acumulando uma grande quantidade de dinheiro, o pouquinho que entra, já iria para o banco. Trabalham-se seis horas, abre outro turno para outros profissionais. Acho que deveria ser lançada essa questão. E o Brasil tem essa mesmice de deixar seis horas, é difícil, é obrigado a recolher o dinheiro do comércio e levar correndo para não ficar guardando dinheiro no caixa, acaba dando muito mais pistas para o ladrão que sabe que na segunda de manhã a coisa vai ficar boa. Porque ele tem de pagar coisa, tem se livrar do dinheiro que está guardado na empresa. De repente fica essa colaboração para se lançar e pressionar os banqueiros a ampliar o horário de funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Passo a palavra ao Sr. Carlos Tamarindo, do Sindicato dos Bancários.

O SR. CARLOS TAMARINDO – Bom dia a todos. O projeto é importante e o sindicato de São Paulo faz questão de participar da lei, de construir, verdadeiramente o que entendemos como a segurança dentro dos bancos. Primeiramente as famosas “saidinhas do banco”, não se dão muitas vezes na porta da agência, na calçada. Dá-se em outros bairros e tudo mais. Precisaria, sim, a polícia militar, o governo do Estado, Polícia Civil, melhorar o BO. Outra coisa que visualizamos dentro das agências bancárias, primeiramente, os bancos visam apenas os lucros. O investimento é pouco. E os atores principais para a segurança bancária, são os vigilantes, que estão na frente. A questão do autoatendimento que hoje tem muito arrombamento, furtos e fraudes nos caixas eletrônicos e tudo isso está colocado, então, de que forma essas pessoas, esses marginais tem a informação do saque? Quando nós construímos o projeto diminuiu sim. A gente sabe que a violência urbana existe, é um problema que enfrentamos no país, mas os bancos tem de fazer a parte deles e a Febraban joga a responsabilidade para o governo e se exime da responsabilidade com os trabalhadores e tudo o mais.

Fora o que temos de informações sobre sequestros, hoje o bancário é ameaçado constantemente para passar dados de contas correntes para os marginais e ainda são demitidos por justa causa e daí é como se eles fizessem parte dessas quadrilhas. Então, tem muitas coisas que envolvem a segurança bancária.

Eu queria, só para finalizar a minha fala, reforçar que o sindicato quer participar, os bancos não querem leis municipais, eles querem federalizar para ter uma lei única e acabar porque hoje são vários municípios que têm leis, vocês podem fazer pesquisas, nós queremos além dos equipamentos de segurança os vidros blindados nas fachadas porque hoje os caras entram nas agências arrombando com marreta e é aquele pânico, então, há várias formas de violência e os bandidos vão se atualizando na questão da criminalidade.

Queremos participar de fato e São Paulo tem mais de três mil agências bancárias. Temos hoje as lotéricas que fazem o serviço bancário, os correspondentes bancários também não tem segurança. Se o cidadão saca 200 reais, ou 300 é roubado ou furtado na saída dessas lojas. Acho que é importante a gente aprimorar e com toda certeza vamos dar essa colaboração e esperamos que vingue em São Paulo.

No começo pensamos: será que a questão do uso do celular é que vai inibir? E não foi, aqui demonstra que não diminuiu os furtos e os roubos.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Pediria pela comissão que o senhor enviasse o mais rápido possível essas sugestões que poderão sem dúvida alguma serem incorporadas a esse projeto que é extremamente importante para São Paulo.

O SR. _____ - A questão dos vidros blindados é algo hoje normal, não é um custo excessivo e acho uma vergonha a Febraban não estar aqui presente e não é de hoje que ela foi convidada. Essa Casa vai mostrar a importância dela e vai gerar um efeito cascata no Brasil, vocês podem estar certos disso. São Paulo é exemplo para o Brasil e assim que aprovarmos essa lei vamos nos esforçar para até dezembro isso aqui estar aprovado e vamos mudar essa história e dar dignidade. Ou se institui um seguro de vida para cada pessoa que entra no banco porque hoje tem de ser assim.

Ou dão segurança ou um seguro de um milhão e a pessoa vai pensar dez vezes antes de querer matar um bancário. Espero que nunca venha acontecer, mas a Febraban tem de tomar vergonha na cara e fazer algo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o senhor Ernesto Izumi, que é funcionário do Banco do Brasil.

O SR. ERNESTO IZUMI – Quero começar elogiando essa iniciativa de discutir a questão da segurança do cidadão de São Paulo no atendimento em banco. Quero lembrar uma questão fundamental com relação à dignidade humana, como está preceituado na Constituição no seu artigo primeiro, e lembro que nos bancos, nós funcionários de bancos passamos

processos de assaltos e sequestros há uma subnotificação de comunicar o acidente de trabalho e isso é feito declaradamente por vários bancos, eles não emitem esses documentos porque depois sabe que pode ter um desdobramento do ponto de vista de saúde e a empresa pode ser imputada por questões previstas em legislações.

No Banco do Brasil temos um processo, um programa de assistência a vítimas de assaltos e sequestros, que é fundamental, então, todo o funcionário do Banco do Brasil em caso de assalto ou sequestro tem garantido, por exemplo, esse comunicado de assistência de trabalho.

Essas medidas que estamos discutindo aqui de colocar aporte de segurança antes de entrar na agência, ou mesmo os biombos e uma série de outras medidas são fundamentais, pois protegem também o trabalhador e daí leva a reduzir a questão do adoecimento pelo trabalho porque um assalto leva a adoecer, as pessoas entram em pânico, depois em síndrome do pânico, muitos ficam inviabilizados para o trabalho e o prejuízo de todo esse processo não é só dele é da sociedade como um todo que acaba tendo que arcar inclusive com o tratamento do trabalhador.

Esperamos que dessa discussão que saiam medidas efetivas para que possamos demonstrar para o trabalhador e para o cidadão que de fato há uma preocupação dos nossos legisladores com a segurança e saúde dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Ivone, você falou que existia umas comunicações feitas pelo sindicato ou autuações feitas em não sei qual departamento com relação à falta de segurança que são multadas as agências se não me engano e gostaria de um detalhamento um pouco mais explícito em relação a isso porque é extremamente importante, se foi detectado a falta de segurança em algumas agências, que redundou inclusive numa multa, acho que poderíamos discutir com um pouco mais de detalhes essa questão porque isso vai de encontro à posição do Ernesto com relação a essa questão de comunicação.

A SRA. IVONE – Tem a Secasp, que é Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada, que é um fórum que tem três integrantes que participam: governo, polícia federal, Exército e trabalhadores, os Bancários com a Contraf, que é a nossa confederação e os vigilantes e também os empresários, que é a Febraban, empresas e outros também participam disso.

A Secasp se baseia na lei federal 7.102/83, que tem dois itens obrigatórios hoje nesta lei para vigilância que é a presença de vigilantes e não vigilantes, um alarme eficiente e você pode ter mais um item opcional, que seria ou câmara de vídeo, ou cofre com retardo, ou cabine blindada para vigilantes ou outro equipamento. Nesse projeto da lei federal já fizemos a discussão de mudar vários itens dela e que esses itens sejam obrigatórios e não um ou outro.

A Secasp se reúne, a Polícia Federal vai às agências, faz a fiscalização e ela aplica as multas aos bancos que não estão de acordo com os itens dessa lei, faz a aplicação dessa lei. Essas multas foram aplicadas no banco, que eu falei, que foi bilhões e foi em relação a esses itens que eles não cumpriram, vários outros itens. E tem uma outra modalidade em São Paulo que eles começaram a fazer, que são agências de negócios. São agências que eles dizem que não precisam ter vigilantes nem portas de segurança porque não têm caixa e não têm numerário. Só que eles não avisaram os bandidos disso, né? Então, eles entram nessas agências. (Risos) Só esqueceram de avisar para o outro que não tem isso. Então, é complicado, é uma outra coisa que a gente tem atacado. Curitiba, Campinas também já entraram na Justiça com relação a isso, nós também já estamos entrando...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Agência sem dinheiro?

A SRA. IVONE MARIA DA SILVA – É, você entra no banco, você quer sacar, não tem dinheiro no banco, você só vai lá para fazer negócios. Chamam-se agências de negócios. Não tem caixa físico, só tem caixas eletrônicos. É um absurdo. São as coisas que a FEBRABAN vai fazendo para redução de custos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Permita-me interromper. Os ladrões não vão

acreditar nessa história, sempre vão querer entrar.

A SRA. IVONE MARIA DA SILVA – Nem os ladrões, nem os clientes. Na Paraíba, quando começou isso, o cliente foi lá e bateu em funcionário, bateu nos bancários.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quem vai pagar é o funcionário, mesmo.

A SRA. IVONE MARIA DA SILVA – É, é o funcionário, que é agredido dentro da agência. Lógico que os bandidos não vão saber, pois é uma agência normal, mas não tem porta de segurança, está livre para entrar. Aí, chega lá e não tem dinheiro. Como é que ele vai acreditar que realmente não tem dinheiro? Então, é uma outra modalidade que percebemos que a FEBRABAN tem feito em São Paulo. Por isso, achamos assim: é uma agência bancária, tem de ter porta de segurança, tem de ter vigilante, independentemente do que se faz lá dentro.

O SR. DAVID SOARES – Ivone, tire-me uma dúvida, se possível: por quanto tempo as agências são obrigadas a guardar as imagens que ela grava em circuito interno?

A SRA. IVONE MARIA DA SILVA – Ah, isso eu não sei informar. Não tem obrigação, né? Tem uma lei, Carlos?

O SR. DAVID SOARES – Se não houver, podemos acrescentá-la: que, no mínimo, fiquem guardadas por 60 dias todas as imagens, até para poder elucidar depois os crimes, até por imagens de pessoas que estiveram lá antes, dando uma olhada na agência. Isso serve de subsídio para nós.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, apenas no intuito de contribuir. Primeiro, registro a estranheza pela ausência da FEBRABAN, em que pese eles devam estar na mesa de negociações com o Sindicato, mas o Sindicato também está na negociação e veio.

A segunda coisa é que acho que já passou da hora, nobre Vereador David Soares, de construir um projeto que tenha aprovação e que passe a valer na cidade de São Paulo. Eu queria lembrar o debate que foi feito a respeito das portas. Um Vereador do PT, acho que o Chagas, apresentou o projeto, foi aprovado e houve todo um debate contra por parte da

FEBRABAN do uso das portas. Nós estamos em um momento em que discutir segurança é fundamental, principalmente para os funcionários e para os clientes. Funcionários, como bancários, vigilantes e todos aqueles que estão dentro da agência.

Então, eu queria propor ao Vereador David que, a partir deste primeiro debate, a partir de todas as informações trazidas pelo Sindicato, que pudéssemos construir um projeto a partir da experiência de Pernambuco, a partir daquilo que já existe na cidade de São Paulo em que já tivesse todos os aspectos que envolvem segurança dentro desse projeto. Apesar de que temos também de avaliar os riscos que podemos ter por parte das ações judiciais que podem ocorrer. Mas acredito que deveríamos ter aqui um projeto construído que defenda os interesses dos bancários e dos clientes na cidade de São Paulo, até porque os custos que os bancos têm com segurança estão muito aquém daquilo que eles poderiam investir se a gente comparar os gráficos apresentados.

Então, deveríamos avançar com um projeto que pudesse apresentar, de fato, além do reservado, a questão da porta de segurança, e outras medidas possíveis, para que, de fato, tenhamos na cidade de São Paulo, a maior cidade do Brasil, a segurança necessária para os clientes e para os bancários.

Obrigado.

O SR. DAVID SOARES – Como há um consenso, Sr. Presidente, acho que podemos agora juntar e fazer um substitutivo para eliminar todas as dúvidas e acrescentar aquilo que faltou – e faltam algumas coisas, sim, no projeto – para que a gente finalmente possa levar ao Plenário. Estou de pleno acordo.

O SR. PAULO FIORILO – Vereador David, acho que o Sindicato já se colocou à disposição para fazer esse diálogo. Com o subsídio do Sindicato, com a experiência da PM, poderíamos construir um projeto que fosse exitoso no Plenário e aplicado na prática.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, eu gostaria de me associar aos

Vereadores Paulo e David Soares, autor desse projeto, para realizarmos uma outra audiência pública. Até lá, teremos recebido todas as contribuições dadas pelo Sindicato e também pela PM.

Lembro que, neste ano, além do projeto de V.Exa., esta Comissão poderia, a título de sugestão, dentro do projeto de uso e ocupação do solo, acrescentar a exigência desses equipamentos em agências bancárias, sob pena de não ser concedida a licença de funcionamento. (Palmas)

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, havia sido solicitado pelo Vereador Ricardo Nunes que fossem levantados, pela Comissão, todos os projetos que tratam dessa questão. Vejo aqui que há pelo menos mais 7, além desse do Vereador David.

Concordo com a proposta do Vereador Aurélio Nomura de mais uma audiência pública, mas esta Comissão deveria trazer a FEBRABAN. Aliás, sugiro ao Sindicato que tivesse acesso à transcrição da outra audiência, em que a FEBRABAN veio para apresentar os seus argumentos contrários a essa iniciativa, até para que tivéssemos a possibilidade de um debate completo. A FEBRABAN poderia se sensibilizar – sei que é muito difícil – com uma iniciativa como essa, pela importância que tem.

Sugiro ao Vereador David Soares que, se houver concordância, possa receber as propostas, olhar os projetos que já existem sobre o assunto para tentar apresentar, no substitutivo, um projeto que abarcasse todas as iniciativas.

O SR. DAVID SOARES – Completamente de acordo

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Senhoras e senhores, neste momento, dou por realizada a audiência pública do PL 195/2011 de autoria do nobre Vereador David Soares.

Pelo acordo entre os membros desta Comissão, incluído eu, realizaremos mais uma audiência pública, com convocação em datas a serem agendadas pelos Srs. Vereadores presentes.

Entendo que devemos aglutinar todos os projetos que tratam do tema nesta Casa

num único projeto. Aí, sim, realizaremos audiência pública com o projeto aglutinando matérias que tenham similaridade com o projeto de autoria do nobre Vereador David Soares, que possam contribuir, de uma maneira ou de outra, para uma melhor segurança para nossa população.

Está encerrada a audiência pública.